

**Lobby do batom:
a representação da mulher na Constituinte**

*Lipstick Lobby:
Women's Representation in the Constituent Assembly*

Betina Magnus CARCUCHINSKI¹
Cláudia Nandi FORMENTIN²

Resumo

Representação e representatividade são expressões usadas com frequência neste início de século XXI. Grupos sociais que não se viam representados na mídia passam a requerer sua presença nos espaços públicos de destaque e não apenas em lugares onde a chance de reprodução de estereótipos é aumentada. Nesse contexto, este trabalho tem como pergunta problema: como o jornal Estado de São Paulo representou entre 1987 e 1989 as mulheres e a luta democrática das feministas durante o 8 de março no país? Para isso, estabeleceu-se como objetivo geral analisar que tipo de representação foi feita das mulheres no veículo durante o período, e se o movimento feminista apareceu como pauta de relevância. Para alcançá-lo, tem-se como principais autores: Hall (2016) sobre representação e Pinto (2003) sobre a história do feminismo brasileiro. Este artigo evidencia como o jornal consegue tirar o protagonismo feminino reduzindo as notícias referentes ao público feminino à pequenas notas factuais.

Palavras-chave: Crítica de mídia. Representação feminina. O Estado de S. Paulo.

Abstract

Representation and representativeness are expressions frequently used in this early 21st century. Social groups that were not seen represented in the media are now demanding their presence in prominent public spaces, not only in places where the chance of reproducing stereotypes is increased. In this context, this study poses the problem question: how did the newspaper Estado de São Paulo represent women and the democratic struggle of feminists during the March 8th celebrations in Brazil between 1987 and 1989? To achieve this, the general objective was established as analyzing the type of representation that was made of women in the newspaper during that period, and whether the feminist movement appeared as a relevant issue. To accomplish this, the main authors relied upon are Hall (2016) on representation and Pinto (2003) on the history of Brazilian feminism. This article highlights how the newspaper manages to diminish the

¹ Graduanda em Jornalismo no Centro Universitário UniSatc (Criciúma-SC).
E-mail: betinacarcuchinski@gmail.com

² Doutora em Ciências da Linguagem. Professora do Centro Universitário UniSatc (Criciúma-SC).
E-mail: formentinnandi.claudia@gmail.com

prominence of women by reducing news related to the female audience to small factual notes.

Keywords: Media criticism. Female representation. The Estado de S. Paulo.

Introdução

Não é de hoje que as mulheres lutam por espaços de fala e atuação dentro e fora do ambiente domiciliar. No século XIX esse movimento se intensificou. Desde lá muito se avançou, mas ainda há muito por fazer. Mesmo que conquistas tenham se concretizado, a crítica feminista de mídia ainda é um campo de investigação pouco explorado no Brasil.

Este artigo busca entender o que é representação, como ela acontece e como impacta no entendimento que se tem do que é ser mulher e feminista no Brasil. Esta pesquisa procura responder: como o jornal Estado de São Paulo representou entre 1987 e 1989 as mulheres e a luta democrática das feministas durante o 8 de março no país? Para tanto, estabeleceu-se como objetivo geral analisar que tipo de representação foi feita das mulheres no veículo durante o período, e se o movimento feminista apareceu como pauta de relevância.

O objeto de estudo será o jornal O Estado de São Paulo, um dos veículos mais antigos do Brasil, fundado em 4 de janeiro de 1875. A escolha foi norteadada pelo tempo de história da empresa e pela disponibilidade dos materiais que serão utilizados para a análise. O Estadão, como é conhecido popularmente, possui um arquivo digital com todas as edições impressas do jornal, possibilitando a investigação minuciosa de cada edição publicada durante o 8 de março, de 1987 até 1989.

Em relação à metodologia este trabalho terá natureza básica, abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios, e quanto aos procedimentos técnicos é bibliográfica e estudo de caso. Os principais autores apresentados serão: Hall (2016) abordando cultura, sentido e representação; e Pinto (2003) para tratar da história do feminismo no Brasil.

1 Representação e sentido

Entender a representação é fundamental no estudo da cultura. Isso porque é por meio da representação que conectamos o sentido e a linguagem à cultura. É na representação, diz Hall (2016), que damos sentido a algo ou alguém.

A representação resulta dos significados que existem na nossa mente, quando estes são expressos por meio da linguagem. Hall (2016), aponta que existem dois sistemas de representação: 1) mapas conceituais e 2) sistemas de linguagem compartilhados. Para o autor, o primeiro sistema de representação é nativo da pessoa, fruto de conceitos e representações mentais carregados por ela. Esses conceitos podem ser sobre objetos reais ou não, tratando de elementos que não necessariamente encontramos de maneira tangível. Assim é possível entender e dar sentido às coisas por meio da representação que é feita delas, criando com isso um conceito sobre o objeto.

Hall aponta que o compartilhamento de conceitos comuns do mapa conceitual entre duas pessoas faz com que elas sejam parte de uma mesma cultura. Isso é feito por meio da linguagem. Portanto, a linguagem é o segundo sistema de representação envolvido no processo global de construção de sentido. “Nosso mapa precisa ser traduzido em uma linguagem comum, para que assim correlacionemos nossos conceitos e ideias com certas palavras escritas, sons pronunciados ou imagens visuais” (HALL, 2016, p. 36 e 37)

Hall (2016) define como signo as palavras, sons e imagens que carregam algum sentido. São esses signos que representam conceitos que constroem os sistemas de significado da nossa cultura, quando organizados em linguagens que permitem a tradução dos nossos pensamentos e conceitos. O sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa representada, muito menos na palavra. Está dentro de quem faz a representação, o sentido é construído pelo sistema de representação daquela pessoa.

Por fim, a cultura pode ser pensada por meio dos códigos que regem as relações de tradução entre os mapas conceituais e os sistemas de linguagem compartilhados. Estes códigos fixam as relações entre conceitos e signos, ajudando a tradução entre conceitos e línguas. Essa tradução “é criada socialmente e pela cultura, como um conjunto de convenções sociais.” (HALL, 2016, p. 42).

O sentido das coisas, a partir do entendimento de Stuart Hall (2016), é construído pela forma como elas são representadas, e pelos valores que lhes são embutidos. Esses

significados são interpretados por outros e dependem do sentido para funcionar. Nessa perspectiva, é importante que todos os envolvidos no processo de interpretação das informações dominem os códigos que estão sendo usados naquele momento.

O sentido de algo pode ser elaborado a partir das interações pessoais e sociais que o indivíduo faz parte, incluindo nesse processo as relações a partir do que é produzido pela mídia e do consumo de objetos culturais. O sentido muda historicamente e nunca é fixado de forma definitiva, dependendo de um processo ativo de interpretação. Os receptores sempre terão sua interpretação do que estão lendo, que nunca é exatamente o sentido dado pelo emissor (HALL, 2016)

A importância de entender este sentido vem da observação feita também por Stuart Hall (2016), que aponta que a sociedade e seu funcionamento são impactados diretamente por esses sentidos, utilizados para regular as práticas e condutas, estabelecer normas e convenções, e definir como a vida social deve ser ordenada e administrada. Os sentidos mudam conforme a cultura e o período que estão localizados. Sua produção depende da interpretação que o receptor faz daquilo que é dito pelo emissor. Ela é sustentada por códigos e é codificada por quem fala, e decodificada por quem lê (HALL, 2016).

Hall afirma que dentro do regime de representação, temos os estereótipos. A estereotipagem “reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p.190). Dentro da representação, existe um jogo de poder ancorado na diferença e reforçado por esses estereótipos. Existe no discurso um processo de dominação, que está em movimento, gerando novos discursos, práticas, instituições etc, que visam dominar e diminuir aquele que é diferente.

Formanski e Formentin (2020) apontam que o fortalecimento de grupos antes colocados à margem da sociedade trouxe à tona questionamentos importantes acerca de padrões hegemônicos que excluem grande parte da sociedade. A identidade é diretamente ligada às experiências de um povo e influenciada pelo meio em que se vive. Para ela existir, é preciso que as pessoas a internalizem, “construindo assim, um mapa de significados que é compartilhado com a comunidade da qual fazem parte”. (FORMANSKI; FORMENTIN, 2020, p.3)

Em sua palestra sobre Mídia e Representação, Hall diz que a representação não é apenas uma consequência de algo que já existe. Ela é, ao ser expressa, parte do entendimento e desenvolvimento do significado dado ao objeto representado. Esse

conhecimento é essencial para entendermos que a análise da representação feita pelo jornal Estadão sobre o movimento das mulheres por igualdade durante o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, pode ter impactos reais sobre a situação feminista no Brasil.

1.1 Feminismo no Brasil

O feminismo, de acordo com Costa (2005), nasceu como movimento social moderno e demandava na sua primeira fase, no final do século XIX, por direitos sociais e políticos, tendo seu auge na luta sufragista. No Brasil, conforme Pinto (2003), o feminismo surgiu com três vertentes: a primeira, organizada por Bertha Lutz, tinha como foco a conquista por direitos políticos. A segunda, o feminismo difuso, defendia direitos políticos, mas elencava um campo maior de questões, como educação feminina, dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres fora do mundo público - além de temas como sexualidade e divórcio. A terceira vertente tinha como parte mulheres do movimento anarquista e comunista, e buscava a libertação da mulher de uma forma mais radical, trazendo questões relacionadas ao trabalho. Uma das conquistas desse período foi o direito do voto, em 1932, influenciado pela organização promovida por Bertha Lutz. (PINTO, 2003).

Após um curto espaço de tempo, aponta Costa (2005), o feminismo ressurgiu com força nos anos 60, em torno da afirmação de que o pessoal é político, fazendo um questionamento dos parâmetros conceituais do político. Essa segunda onda marcou a modernidade tardia, que segundo Hall (2020), veio acompanhada com outros movimentos da sociedade. Enquanto em partes do mundo vivia-se um período revolucionário, propício para a movimentação política e reivindicações dos movimentos sociais, no Brasil a Ditadura Militar tomava novas proporções dificultando a luta das “demandas singularizadas do feminismo” (HOLLANDA, 2018, p. 14). Uma época pouco apropriada para o ativismo dos movimentos sociais.

1.1.1 Feminismo na ditadura

Foi em 1968, com a decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), que “as condições para qualquer atuação política se tornaram extremamente duras e perigosas” (PINTO, 2003, p. 43). Por isso, as mulheres que se identificavam com o feminismo precisavam

buscar outras formas de se comunicar. Isso fez com que, segundo Pinto (2003), o movimento feminista no Brasil dos anos 60 resistisse durante a repressão fazendo uso de um caráter privado, em pequenos grupos de mulheres que se reuniam para debater suas vivências na sociedade, mas que tinham medo de ir a público e sofrer as violências do regime militar da época. O resultado, segundo Hollanda (2018, p. 14) foi “uma fragilização inicial do nosso feminismo, que mostrava certo recuo em relação ao feminismo internacional”.

Paralelamente a isso, Pinto (2003) aponta para a atuação de brasileiras exiladas como Danda Prado, que em 1972, enquanto estava auto-exilada em Paris, fundou o Grupo Latino-Americano de Mulheres. O grupo chegou a reunir até 100 mulheres de maneira informal, vindas de diferentes países da América Latina, que discutiam questões referentes à situação das mulheres. Esse movimento não era bem-visto nem pelos militares de direita nem pelos membros da esquerda (PINTO, 2003).

O grupo fundado por Danda influenciou na chegada de um número significativo de exiladas brasileiras vindas do Chile para Paris, o que culminou, segundo Pinto (2003), na criação do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Essa foi a organização feminista brasileira mais importante da época, pois buscava a criação de espaços públicos de reflexão e atuava ativamente para criar um movimento organizado, disposto a influenciar um número cada vez maior de mulheres. Essa atuação era bem distinta dos círculos feministas privados que aconteciam no Brasil, onde a repressão não permitia manifestações (PINTO, 2003).

Foi só a partir de 1975 que o feminismo brasileiro começou a ter um caráter público local novamente, influenciado pela decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de definir 1975 como Ano Internacional da Mulher. A partir desse momento a questão da mulher passou a uma nova condição "tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que costumeiramente viam com grande desconfiança a causa feminista" (PINTO, 2003, p. 56).

Em 1979 é assinada a anistia dos presos da Ditadura Militar que trouxe de volta ao país os militantes exilados do exterior, incluindo as feministas. Pinto (2010) ressalta que essas mulheres vinham com a influência do pensamento feminista europeu e do movimento organizado feminista do qual fizeram parte durante o exílio, fazendo com que

voltassem com novas ideias, que chocavam aqueles que cresceram no Brasil durante a década de 70.

1.1.2 Feminismo na redemocratização

Os anos 1980 marcaram o Brasil com o nascimento do feminismo acadêmico e a criação do Conselho Nacional da Mulher (CNDM). Conforme Pinto (2007, p. 72), foi este Conselho, entre 1985 e 1989 que “tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas a sexualidade e direito reprodutivo”.

O CNDM, apontam Schumacher e Ceva (2015), teve como uma de suas primeiras iniciativas a organização da campanha nacional chamada “constituente sem mulher ficaria pela metade”. O objetivo de aumentar a representação feminina no Congresso Constituinte. Em 1986, o Conselho promoveu uma ação nacional para ouvir as sugestões de mulheres de todos os estados para a Constituição Brasileira, que seria escrita com participação popular. O debate resultou num encontro nacional em agosto de 1986, onde a chamada “Carta das Mulheres aos Constituintes” foi elaborada. As mulheres do CNDM mantiveram sua presença em diversas etapas do processo constitucional, conseguindo garantir 85% das reivindicações encaminhadas pelo movimento. Hollanda (2018, p. 15) afirma que nesse período de transição democrática, entre as décadas de 1980 e 1990, o feminismo construiu “fortes articulações com instituições políticas e organizações não governamentais”. A autora explica que “esse movimento procurava, sobretudo, o uso de ferramentas institucionais para pressionar a criação e a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres” (HOLLANDA, 2018. p. 15).

Quando os anos 1990 chegaram, mudanças estruturais haviam acontecido na sociedade. Houve um aumento significativo de mulheres com vida pública, assim como a derrota de velhos tabus de sexualidade. “Já não era preciso declarar-se feminista para aderir à causa dos direitos das mulheres” (SCHUMACHER; CEVA, 2015, p. 186).

2 Análise dos dados

A partir do entendimento do que é representação e da história do feminismo brasileiro, poderemos analisar as edições publicadas no dia 8 de março pelo jornal O

Estado de São Paulo, na sua versão impressa, de 1987 a 1989. As pautas selecionadas para a análise detêm, necessariamente, alguma menção às mulheres e/ou ao movimento feminista. Não serão considerados na análise os anúncios de terceiros nem as charges ou notas de fofoca.

2.1 O ano de 1987

O jornal de 8 de março de 1987 contou com nove páginas que faziam alguma menção ao público feminino. No total, foram identificadas doze notícias com menção às mulheres. Uma homenagem do Estadão ao Dia Internacional da Mulher chamou atenção por ser página inteira e citar as mulheres que trabalhavam no Caderno 2 durante o período.

De acordo com o site do jornal, o Caderno 2 começou no dia 6 de abril de 1986 e tinha como objetivo tratar sobre cultura. As informações estão disponíveis na página online comemorativa dos 30 anos do Caderno, com textos assinados por Ubiratan Brasil e João Paulo Carvalho: “Com cara de revista, mas agilidade de jornal, o novo produto surgia com uma missão considerada quase impossível para o Estadão da época: conquistar o público jovem mostrando o lado leve da notícia”. Essas informações mostram que a linha editorial do Estadão reservava um local bem definido para as mulheres naquela época: nas pautas de cultura e entretenimento, o “lado leve da notícia”. Esse posicionamento fica explícito na homenagem feita pelo próprio jornal.

O movimento feminista é político desde o início, aponta Costa (2005). Porém, não é na sessão de notícias políticas que as mulheres aparecem com destaque. As duas reportagens que trouxeram em 1987 alguma informação sobre o Dia Internacional da Mulher e a luta das mulheres por participação na Constituinte foram publicadas num pequeno espaço, no noticiário geral - de maneira complementar, como se fossem uma notícia só - na parte superior de uma página que trazia um anúncio gigante da Rede Carrefour (Figura 7).

Figura 7: Um dia para a mulher E um bloco constituinte



Fonte: edição impressa do Estado de São Paulo, página 29, dia 08 de março de 1987.

Os espectadores, leitores ou público sempre terão sua interpretação do que estão lendo, que nunca é exatamente o sentido dado pelo interlocutor, escritor ou outros espectadores. (HALL, 2016) O teor do texto que abordava os temas do Dia Internacional da Mulher e do bloco constituinte não é antifeminista, nem se posiciona contra esse movimento abertamente. Porém, a posição que o jornal coloca a reportagem, assim como o destaque que dá para esse assunto, é uma forma de comunicação que transmite uma mensagem: o Dia da Mulher e a luta por igualdade tem impacto, mas não é relevante o suficiente para estampar páginas inteiras sobre o assunto, independente do movimento ter uma adesão expressiva de grande parte da sociedade e estar promovendo movimentações em defesa dos direitos das mulheres - principalmente durante aquele período.

O termo “feministas” apareceu nesta edição de 1987 por meio do texto de Ellen B. Geld (1987), americana, fazendeira e escritora, imigrante no Brasil, numa notícia sobre planejamento familiar (Figura 8). Geld defendia firmemente a esterilização das mulheres mais pobres como projeto social, e acusou as feministas de serem “negacionistas” por se posicionarem contra esse tipo de política pública. A matéria trouxe o termo de maneira pejorativa e incentivou a esterilização compulsória, algo que depois se tornaria um escândalo no Brasil com a CPMI da Esterilização³. Uma investigação feita pelo Governo

³ A CPMI da Esterilização investigou a esterilização em massa de mulheres no Brasil. O relatório completo pode ser encontrado no site oficial do Senado, disponível no link: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/85082/CPMI Esterilizacao.pdf?sequence=7>

Federal em 1993 comprovou que mulheres foram esterilizadas de maneira compulsória nos anos de 1980, muitas vezes sem consentimento, por iniciativa de governos estrangeiros, organismos internacionais e da omissão do Governo Brasileiro.

Hall (2016) define como signo as palavras, sons e imagens que carregam algum sentido. São esses signos que representam conceitos que constroem os sistemas de significado da nossa cultura. O sentido está dentro de quem faz a representação, é construído pelo sistema de representação daquela pessoa. A partir disso, podemos perceber o peso do uso da palavra “negacionistas” como sinônimo para o termo “feministas”. Geld em seu texto de jornalismo opinativo apresenta um conceito negativo sobre o que é ser feminista, a partir de um signo depreciativo com tom irônico, influenciando aqueles que lerem o jornal a construir um mapa conceitual negativo sobre o movimento.

Figura 7: Quando o planejamento é válido



Fonte: edição impressa do Estado de São Paulo, página 37, dia 08 de março de 1987.

2.2 O ano de 1988

Em 1988 o jornal Estado de São Paulo não fez nenhuma homenagem direta ao Dia da Mulher, diferente da edição na mesma data no ano de 1987, onde havia uma grande homenagem de uma página inteira para a equipe de mulheres que trabalhavam no Estadão. No total, foram encontradas 14 reportagens e notas que faziam alguma menção ao público feminino.

O Dia da Mulher foi citado em apenas uma notícia e teve muito destaque na edição de 88. Era uma reportagem pequena, feita de uma coluna só no lado direito do jornal e trazia informações diversas sobre a data (Figura 8). Começava falando de protestos de um grupo feminista em Porto Alegre, passando por falas do prefeito de São Paulo - Jânio

Quadros - sobre o dia da mulher e finalizando com os últimos feitos nacionais do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Figura 8: O dia da mulher e do protesto



Fonte: edição impressa do Estado de São Paulo, página 14, dia 08 de março de 1988.

Na sessão de esportes, os times femininos foram citados nas modalidades de tênis, ciclismo e vôlei. Além disso, o caso de uma mulher com HIV foi utilizado como exemplo do difícil acesso à saúde e atendimento médico para as pessoas infectadas por essa doença naquele período.

Apesar de não ser objeto de estudo dessa análise, uma carta do leitor chamou atenção na edição de 1988 por questionar o motivo de não haver uma opção feminina como candidata à presidência da república na época. Em sua fala, Alcina Ferreira Jorge (1988) reforça as qualidades comuns entre mulheres, que segundo ela “tem um senso mais agudo de responsabilidade, são mais cuidadosas na direção de cargos que ocupam, mais humanas, mais dedicadas, mais perspicazes, mais dinâmicas e outros muitos mais e mais!”. Apesar de seu discurso de apoio a uma candidatura feminina, a leitora deixa claro que não apoia o movimento feminista: “Não sou feminista e sou contra esses movimentos sectários [...]”.

A teoria da representação contribui para explicar o motivo que leva mulheres como Alcina, que defende a igualdade de gênero e maior participação feminina nos cargos públicos, a rejeitarem o termo “feminismo”. A construção do significado das coisas é feita a partir da representação feita delas. Os sentidos, conforme Hall (2016), mudam de acordo com a cultura e o período que estão localizados. Sua produção depende da interpretação que o receptor faz daquilo que é dito pelo emissor, e também do mapa conceitual que

compõe a cultura que essas pessoas estão inseridas. Assim, a partir do que foi possível mapear no jornal até o momento, ao mesmo tempo que o veículo trouxe ações do movimento feminista, que procurava inserir as mulheres na constituição que seria escrita, há passagens que instigam a formação de mapas de significados negativos para o feminismo.

Para Hall (2016), a produção de estereótipos vem da redução que se faz de algo a poucas características representadas como fixas por natureza. Com isso, podemos entender que matérias como “Quando o planejamento é válido” (Figura 7), que coloca as feministas como “negacionistas”, junto de uma carta ao leitor que elogia mulheres, mas critica o movimento feminista, associadas ao não uso do termo “feminista” nas notícias sobre a luta do movimento pelos direitos da mulher, ajudam a construir um entendimento do feminismo como algo ruim ou sem relevância. Os códigos que regem a construção de um entendimento antifeminista são ambíguos no jornal: as mulheres existem, estão buscando espaço político, direitos iguais. Essa busca está presente, não é negada pelo veículo. Os textos não fazem uso de estereótipos de gênero de maneira explícita. Mas, paralelo a isso, essas pautas não recebem relevância, pois são “por natureza” algo secundário. E o termo feministas, quando aparece, é classificado sem receios como algo pejorativo.

2.3 O ano de 1989

A edição de 8 de março de 1989 do jornal *Estadão* trouxe 12 notícias com alguma menção ao público feminino. Além disso, foram identificados mais dois anúncios em homenagem ao Dia da Mulher e três notas de fofoca sobre a vida de mulheres famosas no Caderno 2.

O que chamou atenção nas notícias, foi que pela primeira vez dentro do período proposto para a análise realizada por esta pesquisa, se identificou uma página inteira (Figura 10) dedicada a falar exclusivamente sobre as conquistas femininas ao longo das décadas. O título escolhido pelo jornal foi: “Conquistas de direitos marca uma geração”. O texto trazia um pouco sobre a história do feminismo, pontuando as diferenças gigantescas na vida das mulheres que viviam em 1962, para aquelas que desfrutariam de uma série de direitos a partir de 1990. A matéria contou com três subtítulos: “queimadas”, que falava sobre a história que eternizou o 8 de março como o Dia Internacional da

Mulher; “conquistas”, que falava sobre os impactos do feminismo na sociedade; e “enigma”, que questionava os impactos do movimento no entendimento do que é e como funciona uma família.

Figura 10: Conquista de direitos marca geração



Fonte: edição impressa do Estado de São Paulo, página 36, dia 08 de março de 1989.

O conteúdo que estava presente no tópico “conquistas” chama atenção para algo que já falamos anteriormente nesta análise. Um trecho vale ser ressaltado:

O feminismo, que explodiu em 1968, o ano das contestações e da luta pela cidadania em todo mundo, feriu fundo o coração da humanidade. Depois de uma primeira fase radical, de recusa da feminilidade como herança cultural e da luta pela conquista do espaço masculino, o feminismo reconheceu suas diferenças - entre as próprias mulheres e os homens. A busca do feminismo ressurgiu como um território vasto a ser conquistado. (CASTILHO, 1989, p.36)

Pinto (2003) explica que o movimento feminista surgiu no Brasil a partir de três vertentes: uma mais comportada, que visava principalmente direitos políticos; a segunda mais radical, que questionava o que é ser mulher, os direitos da mulher, liberdade sexual, educação feminina e dominação masculina; e a terceira que ligava feminismo e comunismo e pontuava questões sobre relações de trabalho.

Na redemocratização, essas vertentes voltaram a ficar um pouco mais explícitas. Pinto (2003) fala que existia um conflito de pensamentos e ideias das feministas que

nunca deixaram o país, com aquelas que viveram exiladas até 1979, em contato com o feminismo internacional.

Quando o jornal representa o movimento feminista como tendo uma “primeira fase radical” é possível perceber o posicionamento que o veículo tem em relação ao movimento feminista. Ao se referir ao feminismo como algo que “feriu fundo o coração da humanidade”, e ao colocar de maneira pejorativa a parte do movimento que questiona acerca do que é feminilidade dentro de uma herança cultural, além da luta feminina pela conquista dos espaços totalmente dominados pelo masculino, o jornal deixa claro que, para aquele editorial, as feministas relevantes são aquelas que não tocam certos lugares de poder.

Paralelamente a isso, alguns aspectos positivos no quesito de representatividade podem ser observados nessa matéria especial da página inteira (Figura 10). Além de questões históricas, a notícia traz relatos de mulheres em diferentes realidades no Brasil. A diretora de dança Marika Gidali, a Presidente do Conselho Estadual de Condição Feminina Ida Maria Jancsó, as servas do santíssimo sacramento que destinavam sua vida para a prática da caridade pela religião, assim como as faxineiras Judite e Josinete e a delegada Rosmary Correa trouxeram um recorte importante sobre a realidade das mulheres brasileiras em 1989, que estavam significativamente mais presentes na vida pública, atuando em diferentes segmentos da sociedade.

Considerações finais

A pesquisa realizada nas edições de 8 de março do jornal o Estado de São Paulo, de 1987 a 1989, resultou num total de 38 notícias com alguma menção ao público feminino. Vale ressaltar que o material foi analisado de maneira orgânica, sem o auxílio de ferramentas digitais capazes de localizar termos e palavras, pois as edições eram escaneadas e muitas vezes continham partes inlegíveis. O trabalho manual e humano pode estar sujeito a falhas e algumas menções ao público feminino podem ter passado despercebidas nesta análise.

Em relação ao tema das notícias, as pautas relacionadas à política foram as que tiveram maior aparecimento, totalizando 16 de tudo o que foi analisado.

A mulher foi a fonte ou protagonista de 71% dos 38 textos analisados. O restantes eram de notícias que falavam sobre mulheres, mas não traziam mulheres como fonte. Para

essa pesquisa, foi levado em consideração também os releases que não tinham necessariamente um pessoa específica como fonte.

Se o tamanho das notícias estiver diretamente relacionado ao valor da pauta, definitivamente as mulheres não detém quase nenhuma relevância. Das reportagens encontradas e analisadas, 23 tinham o tamanho de uma nota. 12 ocupavam metade de uma meia página, 2 eram meia página e 1 era página inteira. Um dado importante é que, apesar do dia 8 de março ser o Dia Internacional da Mulher, a grande maioria das pautas não faziam menção à data. 32 dos textos localizados não falavam sobre o tema.

Com essas informações, é possível responder também a questão problema dessa análise, que visava entender que tipo de representação foi feita das mulheres no Dia Internacional da Mulher pelo jornal o Estado de São Paulo durante o período de 1987 a 1989, e se o movimento feminista apareceu como pauta de relevância.

A análise permitiu concluir que as menções ao público feminino estavam presentes, assim como as pautas sobre a busca e atuação das mulheres por mais direitos. Porém, isso não aconteceu de maneira natural e na maioria das vezes adotou um tom factual, sem nenhuma ou com pouca contextualização sobre o movimento e sem grande destaque no tamanho das notícias, principalmente nos primeiros anos da análise. Só em 1989 foi observada uma mudança significativa de cultura no veículo, que permitiu a publicação de uma matéria especial inteiramente dedicada a falar sobre o Dia Internacional da Mulher, trazendo um pouco sobre a história da luta feminista.

A menção direta ao termo feminista foi usada apenas três vezes entre as 38 notícias encontradas: a primeira vez numa notícia sobre esterilização compulsória, que comparou as feministas com negacionistas; a segunda vez quando o jornal se referiu a um grupo de pessoas que se autodeclaravam “Aliança Feminista”; e a terceira vez em 1989, na matéria especial de página inteira, quando a delegada Rosmary Correa (1989) deu seu relato e falou que “se defender mulheres espancadas, estupradas ou ameaçadas é ser feminista, então integrei-me ao movimento”.

Os anos 80 foram uma época de grande movimentação política por parte do Movimento Feminista no Brasil. O tema com maior número de pautas com menção ao público feminino no jornal o Estado de São Paulo, de 1985 a 1989, era sobre política. Porém, o termo feminista quase não foi utilizado para definir as ações e conquistas políticas das mulheres que se movimentavam naquela época.

Hall (2016) coloca as palavras como signos que representam conceitos e constroem sistemas de significado de uma cultura. A palavra é parte do sistema de representação. Ela detém um valor que depois é adicionado aos mapas conceituais e aos sistemas de linguagem compartilhados por uma cultura. A falta de associação entre o termo feminista e a conquista de direitos das mulheres pelas próprias mulheres, é uma forma de reforçar uma imagem pejorativa do movimento, assim como esvaziar os significados do que é ser feminista e reforçar estereótipos da luta num todo.

Referências

CASTILHO, Inês. **Conquista de direitos marca geração**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de mar. 1989. Geral, p. 36. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890308-34983-nac-0036-999-36-not>. Acesso em: 22 maio 2023.

CHALLENGING MEDIA. **Representation & the media**: featuring Stuart Hall. YouTube, 04 out. 2006. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=aTzMsPqssOY&list=RDLVaTzMsPqssOY&index=1> >. Acesso em: 24 abr. 2023.

CORREA, Rosmary. **Conquistas de direitos marca geração**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de mar. 1989. Geral, p. 36. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890308-34983-nac-0036-999-36-not>. Acesso em: 22 maio 2023.

FORMANSKI, Beatriz; FORMENTIN, Claudia. **A representação da mulher nas capas da Revista Claudia**. Criciúma, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/55262/31392>. Acesso em: 22 mai. 2023.

GELD, Ellen. **Quando o planejamento é valido**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de mar. 1987. Geral, p. 37. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19870308-34363-nac-0037-999-37-not>. Acesso em: 22 maio 2023.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro. Editora Apicuri. 2016.

HALL, S. **A identidade cultura na pós-modernidade**. v.12. Rio de Janeiro. Editora Lamparina. 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JORGE, Alcina. **Por que não?** O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de mar. 1988. Geral, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880308-34671-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 22 maio 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de março de 1987. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19870308-34363-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 22 maio 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de março de 1988. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880308-34671-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 22 maio 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de março de 1989. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890308-34983-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 22 maio 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder**: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. v. 1. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.